III.3) CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica:
Não.

III.3.2) As pessoas colectivas devem indicar os nomes e habilitações profissionais do pessoal responsável pela execução do serviço:
Sim.

SECÇÃO IV: PROCESSO**IV.1) TIPO DE PROCESSO**

IV.1.1) Tipo de processo:
Concurso público.

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO**IV.2.1) Critérios de adjudicação:**

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados a seguir:

Critérios — ponderação:

Alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do programa de concurso;

Alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do programa de concurso;

Alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do programa de concurso;

Alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do programa de concurso.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

Concurso público n.º 3/SASUP/2006.

IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares ou memória descritiva:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 07/12/2006.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 151,25.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

O custo inclui o IVA à taxa legal.

O custo não inclui portes de envio.

O pagamento poderá ser efectuado por cheque ou numerário.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 18/12/2006.

Hora: 17.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta:

Período em dias: 90 (a contar da data limite para recepção das propostas).

IV.3.8) Condições de abertura das propostas:

Data: 19/12/2006.

Hora: 10.

Lugar: Rua da Boa Hora, 18, 4050-099 Porto.

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas:

Sim.

Ao acto público pode assistir qualquer interessado, apenas nele podendo intervir os concorrentes e seus representantes devidamente credenciados, no máximo de dois elementos por concorrente.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**VI.1) TRATA-SE DE UM CONTRATO DE CARÁCTER PERIÓDICO**

Não.

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Não.

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

Pedidos de esclarecimentos: até ao último dia do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas

VI.4) PROCESSOS DE RECURSO

VI.4.1) Organismo encarregado dos processos de recurso:

Designação oficial:

Serviços de Acção Social da Universidade do Porto.

Endereço postal:

Rua da Boa Hora, 18.

Localidade:

Porto.

Código postal:

4050-099.

País:

Portugal.

Telefone:

+351 222005435.

Fax:

+351 222003067.

Correio electrónico:

daf@sas.up.pt

VI.4.2) Interposição de recursos:

Informação precisa sobre os prazos para a interposição de recursos:

Das deliberações do júri tomadas no acto público: no próprio acto;

Dos restantes actos: prazo de cinco dias a contar da notificação do respectivo acto.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 26/10/2006.

26 de Outubro de 2006. — O Administrador dos Serviços de Acção Social da UP, *João da Cruz Carvalho*. 3000218318

AUTARQUIAS**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO****Editais n.º 39/2006****Concurso público para a cessão do direito de exploração do bar da piscina coberta e aquecida de Alter do Chão**

Joviano Martins Vitorino, presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão:

Faz-se público que:

1 — A Câmara Municipal de Alter do Chão declara aberto concurso público para a cessão do direito de exploração do bar da piscina coberta e aquecida de Alter do Chão;

2 — a) O presente concurso rege-se pelo respectivo programa e caderno de encargos, que poderão ser consultados na Secretaria da Câmara Municipal de Alter do Chão.

b) O custo do processo é de 20 euros e poderá ser obtido na Secretaria da Câmara Municipal ou solicitado por via postal, mediante o pagamento daquela importância.

3 — As propostas deverão ser formalizadas e instruídas de acordo com o indicado no programa de concurso e caderno de encargos.

4 — O prazo de entrega das propostas termina às 16 horas e 30 minutos do dia 21 de Novembro de 2006, podendo ser remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou entregues pessoalmente pelos concorrentes ou seus representantes, na Secretaria da Câmara Municipal de Alter do Chão, contra recibo.

5 — O acto público do concurso terá lugar no Salão Nobre dos Paços do Município, perante o executivo reunido, na quarta-feira imediatamente a seguir ao término da data limite da recepção das propostas, pelas 10 horas.

6 — O prazo de cessão é de 5 anos, renovável por períodos de 1 ano, até ao limite de 10 anos, se o contrato não for denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 30 dias.

7 — O preço base de licitação é de 250 euros.

8 — O valor da caução será relativo a três meses de renda.

9 — A maquinaria, mobiliário e equipamento a instalar são por conta do concessionário, que no final do período os poderá retirar, bem como a despesa do alvará e licenciamento sanitário.

10 — O período de funcionamento da cafetaria será o que constar nos normativos que regulam a matéria.

11 — A adjudicação será feita em conformidade com o n.º 9 do programa de concurso.

12 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de preferir a proposta que julgar mais conveniente ou de não proceder à concessão, se nenhuma lhe convier.

Para constar, se passou este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de costume.

E eu, *Rui Manuel Pista Nunes D'Oliveira*, chefe de Divisão de Administração Geral, o subscrevi.

20 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*. 1000307174

Editais n.º 40/2006**Concurso público para a cessão do direito de exploração do Centro Comunitário de Alter Pedroso**

Joviano Martins Vitorino, presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão:

Faz-se público que:

1 — A Câmara Municipal de Alter do Chão declara aberto concurso público para a cessão do direito de exploração do Centro Comunitário de Alter Pedroso;

2 — a) O presente concurso rege-se pelo respectivo programa e caderno de encargos, que poderão ser consultados na Secretaria da Câmara Municipal de Alter do Chão.

b) O custo do processo é de 20 euros e poderá ser obtido na Secretaria da Câmara Municipal ou solicitado por via postal, mediante o pagamento daquela importância.

3 — As propostas deverão ser formalizadas e instruídas de acordo com o indicado no programa de concurso e caderno de encargos.

4 — O prazo de entrega das propostas termina às 16 horas e 30 minutos do dia 21 de Novembro de 2006, podendo ser remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou entregues pessoalmente pelos concorrentes ou seus representantes, na Secretaria da Câmara Municipal de Alter do Chão, contra recibo.

5 — O acto público do concurso terá lugar no Salão Nobre dos Paços do Município, perante o executivo reunido, na quarta-feira imediatamente a seguir ao término da data limite da recepção das propostas, pelas 10 horas.

6 — O prazo de cessão é de 3 anos, renovável por períodos de 1 ano, até ao limite de 10 anos, se o contrato não for denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 30 dias.

7 — O preço base de licitação é de 150 euros.

8 — O valor da caução será relativo a três meses de renda.

9 — A maquinaria, mobiliário e equipamento a instalar são por conta do concessionário, que no final do período os poderá retirar, bem como a despesa do alvará e licenciamento sanitário.

10 — O período de funcionamento do estabelecimento será o que constar nos normativos que regulam a matéria.

11 — A adjudicação será feita em conformidade com o n.º 9 do programa de concurso.

12 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de preferir a proposta que julgar mais conveniente ou de não proceder à concessão, se nenhuma lhe convier.

Para constar, se passou este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de costume.

E eu, *Rui Manuel Pista Nunes D'Oliveira*, chefe de Divisão de Administração Geral, o subscrevi.

20 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*.
1000307175

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras
Fornecimentos
Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Município de Estremoz — Câmara Municipal	À atenção de Divisão de Administração e Finanças
Endereço Rossio Marquês de Pombal Apartado 86	Código postal 7100-909
Localidade/Cidade Estremoz	País Portugal
Telefone 268339200	Fax 268334010
Correio electrónico	Endereço Internet (URL)

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE
Governo central Instituição Europeia
Autoridade regional/local Organismo de direito público Outro

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.3) Tipo de contrato de serviços

Categoria de serviços

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Concurso público para contratação de seguros — município de Estremoz.

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Fornecimento de serviços para a cobertura dos riscos do município de Estremoz, distribuídos pelas seguintes famílias de riscos e seguros:

Família A — Seguros de pessoas:

1) Seguro de acidentes de trabalho (pessoal subscritor da C. G. A., pessoal contratado, pessoal afecto às actividades de protecção civil e POC'S);

2) Seguro de grupo acidentes pessoais autarcas e membros da Assembleia Municipal;

3) Seguro de grupo acidentes pessoais bombeiros;

4) Seguro de grupo acidentes pessoais — piscinas;

5) Seguro de grupo acidentes pessoais para as actividades desportivas e culturais periódicas e utentes das instalações desportivas em regime livre;

6) Seguro de grupo acidentes pessoais escolar;

Família B — Seguros de bens patrimoniais:

7) Seguro de multiriscos (património imobiliário e mobiliário);

8) Seguro de máquinas cascos (máquinas móveis);

Família C — Seguros de responsabilidades legais:

9) Seguro de frota automóvel e ocupantes;

10) Seguro de responsabilidade civil geral exploração da autarquia.

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços

Estremoz.

Código NUTS

II.1.9) Divisão em lotes

NÃO SIM

Indicar se se podem apresentar propostas para:
um lote vários lotes todos os lotes

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo em dias a partir da decisão de adjudicação (para fornecimentos e serviços)

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

As condições de pagamento são as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 122/2005, de 29 de Abril, que regula o regime de pagamento dos prémios dos contratos de seguros, sem prejuízo de ser acordado entre as partes o pagamento fraccionado, em conformidade com o previsto no mesmo normativo legal e com a especificidade das apólices em causa ou, ainda, o eventual débito em conta dos valores aprovados.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Seguradoras regularmente inscritas para o exercício da actividade seguradora.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

Não são exigidos documentos.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

Não são exigidos documentos.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

Não são exigidos documentos.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

Seguradoras regularmente inscritas para o exercício da actividade seguradora.

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO SIM

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

B2) Os critérios indicados no caderno de encargos